

NOTA TÉCNICA

MAPA DE APTIDÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS DE SOLTURA DE ANIMAIS SILVESTRES, CEARÁ

1. Introdução

A preservação da fauna silvestre é uma responsabilidade compartilhada entre o poder público e a sociedade civil. O comércio ilegal de animais, o tráfico e os acidentes ambientais têm causado um significativo impacto sobre a biodiversidade, exigindo soluções que permitam a reintegração desses animais ao seu habitat natural. Nesse contexto, as Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS) emergem como uma importante ferramenta de apoio à conservação da fauna silvestre.

Essas áreas são espaços devidamente cadastrados e regulamentados, onde proprietários de terras, especialmente em biomas como a Mata Atlântica e a Caatinga, podem oferecer suporte ao processo de reabilitação e devolução de animais resgatados. A atuação dessas áreas tem sido crucial para a mitigação dos efeitos da captura ilegal e da degradação ambiental, possibilitando a recuperação de espécies ameaçadas.

O cadastro de propriedades como ASAS representa uma contribuição voluntária de proprietários que compreendem a importância da proteção ambiental e a necessidade de equilibrar os ecossistemas afetados. Ao oferecer suas terras, esses indivíduos garantem a criação de refúgios seguros para a fauna silvestre, promovendo a conservação de espécies em seu ambiente natural.

Além disso, as ASAS desempenham um papel educativo, ao demonstrar à população a relevância da conservação ambiental e o impacto positivo que ações locais podem ter na preservação da biodiversidade. Essas áreas incentivam uma conscientização maior sobre o combate ao tráfico de animais e a proteção das espécies nativas.

Nesse sentido, a destinação adequada da fauna silvestre apreendida, resgatada ou entregue voluntariamente representa um dos maiores desafios enfrentados pelos órgãos ambientais. A escassez de áreas cadastradas para a soltura desses animais agrava a situação, resultando na concentração de determinadas espécies em poucos locais, enquanto outras áreas sofrem com a ausência de espécies nativas. Esse desequilíbrio pode desencadear problemas ecológicos, comprometendo a biodiversidade e o funcionamento dos ecossistemas.

Diante dessa realidade, surgiu a necessidade de uma regulamentação estadual que estabelecesse critérios claros para o cadastramento de áreas de soltura de animais silvestres. A Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace), ao definir regras para o cadastramento das Áreas de Soltura de Animais Silvestres Nativos (ASAS), busca ampliar a quantidade de espaços disponíveis para a destinação de fauna resgatada, apreendida e entregue de forma voluntária. Esse procedimento visa garantir que as áreas selecionadas possuam condições adequadas para a reintrodução dos animais na natureza.

A regulamentação das ASAS também reforça a importância de um processo criterioso de soltura, que deve seguir padrões que promovam a conservação das espécies. Essa iniciativa inclui ações de reintrodução e repovoamento de populações locais, com o intuito de restabelecer o equilíbrio ecológico. Propriedades rurais que atendam às condições estabelecidas pela Semace podem

desempenhar um papel essencial nesse processo, atuando como áreas de soltura para essas espécies e contribuindo para a preservação da biodiversidade.

Além disso, a Semace, por meio do Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (Cetras), é responsável pelo processo de triagem, reabilitação e destinação final desses animais. As etapas incluem a análise de condições de saúde dos espécimes e a adequação das áreas de soltura às necessidades específicas de cada espécie. A Semace, portanto, desempenha um papel crucial na garantia de que o retorno dos animais à natureza seja realizado de maneira sustentável.

Para realizar o cadastramento de uma área como ASAS, o proprietário interessado deve seguir um processo eletrônico simplificado, isento de taxas, conforme as normas estabelecidas pela Semace. Esse processo inclui a avaliação técnica da propriedade por especialistas da autarquia, garantindo que os critérios ecológicos sejam atendidos.

Diante da importância das Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS) para a preservação da fauna e o reequilíbrio ecológico, esta nota técnica tem como objetivo apresentar a metodologia utilizada no mapeamento dessas áreas propícias ao recebimento de animais silvestres resgatados ou apreendidos, permitindo uma visão abrangente sobre a distribuição dessas áreas e seu papel na conservação da biodiversidade.

Ao mapear as ASAS, pretende-se destacar os esforços da Semace na promoção de refúgios que contribuem diretamente para a reabilitação e reintegração da fauna nativa, favorecendo o manejo sustentável dos ecossistemas locais.

2. Metodologia

Para a elaboração do mapa e estabelecimento de áreas com maior ou menor aptidão para ASAS foram adotados procedimentos de análise espacial, visando a geração das variáveis descritas abaixo, que posteriormente, foram utilizadas como critérios para a definição das áreas de soltura:

Distância de núcleos urbanos maiores do que 10 hectares

Áreas próximas a grandes núcleos urbanos podem representar ameaças significativas à fauna silvestre, como a presença de veículos, poluição, barulho e interferência humana direta, que afetam tanto o comportamento quanto a sobrevivência dos animais. Ao mapear áreas longe desses centros, garante-se um ambiente mais tranquilo e seguro, onde os espécimes soltos têm maior chance de reintegração ao seu habitat natural, sem sofrer estresse constante ou riscos de atropelamentos e outros impactos antrópicos.

Proximidade de recursos hídricos

A proximidade de fontes de água é crucial para a sobrevivência dos animais. Muitos animais silvestres dependem de corpos d'água para beber, se alimentar ou se reproduzir. Além disso, áreas próximas a rios e lagos tendem a ter uma biodiversidade maior, fornecendo suporte alimentar e condições ambientais mais favoráveis à adaptação dos animais reintroduzidos. Assim, o critério de proximidade de recursos hídricos assegura que as áreas de soltura ofereçam condições naturais que maximizem as chances de sucesso da reintrodução.

Uso e cobertura da terra

O tipo de cobertura vegetal em uma área é um fator determinante para a escolha de áreas de soltura, pois influencia diretamente a disponibilidade de refúgio e alimentos para os animais. Áreas com cobertura florestal densa ou vegetação nativa preservada proporcionam abrigo e recursos essenciais para a fauna, enquanto áreas antropizadas, como plantações e pastagens, podem ser inadequadas. O uso de imagens de cobertura da terra permite identificar zonas apropriadas e evitar a soltura em ambientes degradados ou intensamente modificados pela atividade humana.

3. Resultado

Como resultado foi produzido o mapa de aptidão para implantação de áreas de soltura de animais silvestres no estado do Ceará, identificadas de acordo com o seu potencial ambiental, apresentando um gradiente de aptidão para implantação de áreas de soltura, com as áreas mais aptas sendo destacadas em verde e as menos aptas em vermelho.

Equipe Técnica da Semace:

Ulisses Costa de Oliveira, Fiscal Ambiental da Semace – Coordenador Geral

Roberto Glaydson Ribeiro Cavalcante, Fiscal Ambiental

Marina Santos da Silva Lopes, Gestora Ambiental

Cássia do Amaral Gurgel Garrido, Fiscal Ambiental

Eugênio da Silva Oliveira, Fiscal Ambiental

Magda Marinho Braga, Gestora Ambiental

Carolina Braga Dias, Fiscal Ambiental